



**Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Escola de Formação de Professores e Humanidades**

Goiânia, 24 de abril de 2015.

Por que a adesão do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura e Educação na Infância (GEPCEI) à Rede Nacional Primeira Infância?

Prof. Dr. Romilson Martins Siqueira¹

Coordenador do GEPCEI
Coordenador do Curso de Pedagogia da PUC Goiás
Professor no Programa de Pós Graduação em Educação da PUC Goiás

Para responder à esta questão recorro ao poeta Manoel de Barros quando diz “*Sou hoje um caçador de achadouros da infância.*” É com esse espírito que o GEPCEI inaugura hoje o seu I Seminário de debates públicos sobre a cultura e a educação na infância. Criado há dois anos, este grupo conta hoje com pesquisadores ligados ao Programa de Mestrado e Doutorado em Educação, Professores das Redes Públicas de Ensino, Professores Universitários, alunos de iniciação científica e, acima de tudo, com muitas parcerias. Prova disso é que este evento de hoje só foi possível por contarmos com a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) Seção Goiás, com o Conselho Municipal de Educação de Goiânia, com a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, com a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UMDIME) - seção Goiás, com o financiamento do CNPq e FAPEG.

¹ romilsonmartinsiqueira@hotmail.com - gepceipucgoias@gmail.com

Este evento de hoje conta com a participação de mais de 300 pessoas inscritas para discutir o tema do direito e da qualidade na educação da primeira infância. São mais de 34 municípios presentes que reafirmam o compromisso com uma educação infantil pública de qualidade.

Portanto, o ato de hoje é um ato político. Ele marca publicamente o sentido e o significado que constitui a natureza desse grupo de estudos e pesquisas. O GEPCEI não é um grupo de pesquisa enclausurado na academia. Seus objetos de estudo são, acima de tudo, objetos que constituem o saber e o fazer das instituições educativas que trabalham com a temática da infância e da criança em contextos formais e informais. Sua ação é, sobretudo, uma ação política que parte dos estudos científicos a fim de qualificar as redes de ensino. Esta é sua diferença. Esta é a sua função social. Entendemos que o conhecimento produzido por um grupo de pesquisa deve ser, acima de tudo, ponto de partida e ponto de chegada na qualificação da educação pública.

Portanto, nossa opção por integrar a Rede Nacional Primeira Infância tem uma razão de ser. É sobre estas razões que eu passo agora a enumerá-las:

- Participamos da Rede Nacional Primeira Infância porque compreendemos que **a infância** é uma construção social que se dá num tempo social da vida marcado por singularidades e universalidades no plano natural-social e lógico-histórico; e **a criança** é um sujeito cujas experiências de vida se dão na articulação entre suas especificidades naturais/biológicas de desenvolvimento e suas condições concretas de existência, social, cultural e historicamente determinada;
- Participamos da Rede Nacional Primeira Infância porque entendemos que a educação infantil não pode se concretizar como uma opção governamental ou de gestão que visa oferecer o atendimento educativo que essa etapa da educação requer. O que se quer destacar é que a educação infantil, entendida em sua integralidade (de zero a cinco anos), é um direito social da criança enquanto sujeito e não um favor ou concessão;
- Participamos da Rede Nacional Primeira Infância por que somos contrários à lógica que persiste em priorizar o atendimento das crianças maiores em detrimento das menores. O que move esse pensamento é o entendimento de que, para as crianças maiores, é necessário prepará-las para a escola, já que seria mais evidente o retorno econômico-social. Já para as creches, bastaria a função de cuidar das crianças;

- Participamos da Rede Nacional Primeira Infância porque ainda que os dispositivos legais instituíam a obrigatoriedade do atendimento às crianças maiores, não se pode perder de vista o direito à educação de qualidade aos bebês que frequentam as creches. Eles também são sujeitos e destinatários de uma política pública que deve respeitar a infância como um tempo social da vida que precisa ser prioritário;
- Participamos da Rede Nacional Primeira Infância porque defendemos a educação infantil como direito público e social da criança, o que implica considerar essa etapa da educação em sua condição política, ou seja, como um bem público, como bem comum, portanto, para todas as crianças, independentemente de qualquer condição econômica. Nesse sentido, o direito à educação na infância se configura como um complexo campo de lutas que precisa ser tensionado todos os dias;
- Participamos da Rede Nacional Primeira Infância porque somos contrários à perspectiva que separa, segrega e privilegia as funções sociais da educação infantil. É preciso compreendê-la como política pública e não como uma política de governo ou política setorial. Portanto, ela deve ser tomada como expressão e resposta da ação permanente do Estado, que compreende, articula e promove as ações para atender às necessidades das crianças e suas famílias como sujeitos de direito. Isso requer uma política pública que considere a escuta e a participação ativa desses atores em seus processos de elaboração, implementação e avaliação;
- Participamos da Rede Nacional Primeira Infância porque defendemos a educação infantil como política pública em que o que está em questão é o direito social da criança em aprender, conviver e ser cuidada. Portanto, tomamos como prioritária a defesa da infância e da criança;
- Participamos da Rede Nacional Primeira Infância porque entendemos que a função social da educação infantil é se constituir como espaços em defesa do direito das crianças se socializarem, serem cuidadas e aprenderem em espaços públicos com qualidade social. A qualidade social se contrapõe à qualidade total, no sentido desta última privilegiar os resultados, o produto e o quantitativo. Portanto, nossa defesa é que as políticas de educação a serem empreendidas pelos municípios devem articular quantidade-qualidade, em função da necessidade de sua expansão, e primar pela qualidade social dos processos

educativos por elas empreendidas. A qualidade social aqui referendada refere-se ao direito a aprender e tornar-se humano em suas condições sociais plenas;

- Participamos da Rede Nacional Primeira Infância porque somos contrários à lógica de uma política massificadora, particularmente na pré-escola, que pode transformar a educação infantil em grandes “escolões” preparatórios para o ensino fundamental. O risco premente que se corre aqui é adotar a criação de salas de pré-escolas nas escolas e, em período parcial, em detrimento do atendimento integral em centros municipais de educação infantil. Na lógica dos “escolões”, parece difícil os governantes não caírem no canto da sereia: mais salas com mais crianças, menos tempo na instituição, menos profissionais por agrupamentos, menos despesa, portanto, mais atendimento;
- Participamos da Rede Nacional Primeira Infância porque defendemos o direito à aprendizagem das crianças em instituições de educação infantil. Isso significa garantir-lhes o acesso ao conhecimento sistematizado e patrimônio da humanidade. Todavia, a natureza do trabalho pedagógico é outro, o que pressupõe, desde o princípio, tomar aquilo que já está posto na LDB, ou seja, **educação infantil** é diferente de **ensino fundamental**. Desde já, a educação, no seu sentido amplo, é evocada para chamar atenção às especificidades da formação integral do sujeito em suas dimensões biopsicossocial, tarefa que o ensino, por si só, não daria conta;
- Participamos da Rede Nacional Primeira Infância porque somos contrários à lógica **escolarizante**. O desafio de romper com essa lógica na educação infantil é um princípio que implica retomar os eixos da brincadeira e da interação como fundamentos para se pensar a questão das vivências, experiências, aprendizagens e desenvolvimentos na educação infantil.
- Participamos da Rede Nacional Primeira Infância porque defendemos um planejamento estratégico no que se refere à implementação daquilo que foi definido no Plano Nacional de Educação (PNE), pela Lei nº 10.172 de 2011, bem como nos Planos Municipais de Educação (PME). Isso implica considerar um conjunto de políticas articuladas nos município, ato que requer das secretarias municipais (educação, serviço ou ação social, cultura, saúde e outros) o estabelecimento de planos de ação estratégica que superem as ações desarticuladas e esporádicas;

- Participamos da Rede Nacional Primeira Infância porque defendemos o controle social dos serviços oferecidos à primeira infância. Isso implica supervisão da educação infantil e a definição clara de quem acompanha e a quem compete garantir a qualidade do atendimento que está sendo oferecido. Nesse caso, há que se dar destaque aos conselhos municipais de educação como importantes parceiros no processo de garantia da qualidade social aqui indicada;
- Participamos da Rede Nacional Primeira Infância porque defendemos o cumprimento dos padrões de qualidade no que compete à infraestrutura e a opção política de contratação de recursos humanos para a educação infantil com clara ênfase na docência em nível superior. Ainda que do ponto de vista legal essa opção possa contemplar o ensino médio, um município preocupado com a qualidade da educação na primeira infância não pode prescindir de profissionais qualificados e apostar na valorização do magistério com planos de carreira condizentes com aquilo que a profissão docente enseja. Nos municípios em que há a ausência de profissionais qualificados em nível superior, há que se criar parcerias com as universidades mais próximas, para que, em regime de colaboração, as demandas possam ser equacionadas;
- Participamos da Rede Nacional Primeira Infância porque entendemos a importância da parceria entre Universidade-Redes de Ensino na formação inicial, continuada, na assessoria e na proposição de estudos e pesquisas em colaboração. Para municípios de pequeno porte que ainda não se ocuparam da tarefa de construir suas Propostas Pedagógicas e implementação dos Objetivos, Metas e Estratégias do PME, há que se elaborar planos estratégicos, em regime de colaboração, a fim de que sejam criadas políticas públicas integradas para a educação infantil. A parceria com a Universidade pode somar esforços nesse sentido;

Outros pressupostos poderiam aqui ser elencados para reafirmar nossa parceria com a Rede Nacional Primeira Infância. Todavia, quero aqui enfatizar um pressuposto que nos é caro: trata-se de conceber a educação infantil como um lugar onde as crianças tenham o direito de aprender e de se desenvolver. Trata-se de reafirmar as funções sociopolíticas e pedagógicas dessa etapa de educação. Isso significa demarcar aqui o sentido de uma política pública comprometida com a infância.

Do ponto de vista do processo de aquisição do conhecimento, defende-se o posicionamento de que as instituições de educação infantil são espaços em que as crianças, além de brincar e de se socializar, têm o direito de aprender os conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade. É isso que faz delas instituições educativas que têm como natureza sua vinculação com a educação básica e o fato de estarem situadas nas redes de ensino. É precisamente o sentido pedagógico e sistematizado que as torna um processo educativo diferente de outras práticas institucionais. Todavia, a apreensão desse conhecimento não se dá numa lógica “escolarizante”, muito menos conteudista. Mas, por que essa defesa? Porque é preciso reafirmar, antes de tudo, a **educação infantil como bem público**, que prima pela qualidade social e que tenha como princípio o pressuposto de que **todas as crianças podem e devem aprender e se desenvolver em contextos de instituições públicas culturalmente significativas**. Uma educação infantil de qualidade não é privilégio de poucos, mas, acima de tudo, direito subjetivo de todas as crianças.

Termino essa exposição de motivos que nos levam à adesão à Rede Nacional Primeira Infância trazendo à memória o saudoso Eduardo Galeano. Suas sábias palavras sintetizam a função social que caracteriza este grupo de Estudos e Pesquisa: ou seja, ser espaço de promoção do conhecimento que supere a contradição de classe e a exclusão social das crianças em suas infâncias. Neste sentido,

*“Dia a dia nega-se às crianças o direito de ser crianças.
Os fatos, que zombam desse direito,
ostentam seus ensinamentos na vida cotidiana.
O mundo trata os meninos ricos como se fosse dinheiro,
para que se acostumem a atuar como o dinheiro atua.
O mundo trata os meninos pobres como se fossem lixo,
para que se transformem em lixo.
E os do meio, os que não são ricos nem pobres,
conserva-os atados à mesa do televisor,
para que aceitem desde cedo, como destino, a vida prisioneira.
Muita magia e muita sorte têm as crianças que conseguem ser crianças.”*
(GALEANO, 2002, p. 2)

Obrigado a todos pela parceria. Obrigado a todos os Municípios pela confiança nesse evento. Obrigado ao professor Vital Didonet pela oportunidade de sermos parceiros na luta pela educação pública de qualidade na infância.